

UM RETRATO DAS REGIÕES DA PESQUISA

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante¹

Luís Antonio Barone²

Henrique Carmona Duval³

Thauana Paiva de Souza Gomes⁴

Daniel Tadeu do Amaral⁵

César Giordano Gêmero⁶

Ana Flávia Flores⁷

Silvani Silva⁸

Oswaldo Aly Junior⁹

Resumo: O artigo cumpre a função de contextualizar as regiões da pesquisa INCRA/UNIARA, priorizando a constituição dos assentamentos, a luta pela terra e a direção política dos movimentos sociais nela envolvidos, a origem social e a trajetória das famílias assentadas. Tal caracterização fundamenta as análises dos eixos selecionados e apresentados nos artigos temáticos que compõem este dossiê do Retratos de Assentamentos.

Palavras-chave: Regiões da pesquisa; Luta pela terra; Origem e trajetória das famílias.

¹Socióloga, pesquisadora 1A CNPq, coordenadora do Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da UNIARA e do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (Nupedor).

²Sociólogo, professor assistente-doutor da FCT/Unesp – Campus de Presidente Prudente/SP.

³Sociólogo, doutorando em Ciências Sociais, IFCH/Unicamp. Pesquisador do Nupedor.

⁴Pedagoga, mestre em Educação Escolar, Unesp-Araraquara, Pesquisadora do Nupedor.

⁵Economista, mestrando em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, UNIARA, pesquisador do Nupedor.

⁶Zootecnista, mestrando em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, UNIARA, pesquisador do Nupedor.

⁷Pedagoga, mestranda em Educação, UFSCar, pesquisadora do Nupedor.

⁸Pedagoga, mestranda em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, Uniara, pesquisadora do Nupedor.

⁹Engenheiro Agrônomo, mestre em Ciências Ambientais, USP/Procam.

Abstract: *This paper offers an approach to contextualization of the INCRA/UNIARA research regions, prioritizing the establishment of settlements; the struggle for land and public policy to deal with the social movement issues; and, the social background and life trajectory of the settled families. The analysis of selected axis was used as a tool for the characterization described in this dossier, which constitutes this volume of the Retratos de Assentamentos.*

Keywords: *Research regions; The struggle for land; Family history and family life trajectories.*

Elementos histórico-geográficos significativos da região do Pontal e o processo dos assentamentos

A realidade regional do Pontal do Paranapanema – extremo oeste paulista (Figura 1)¹⁰ – apresenta, sem dúvida, grandes desafios para um desenvolvimento sustentável e substantivo. Com uma ocupação que data do final do século XIX, o Pontal do Paranapanema revela, em seu histórico fundiário, o mais conhecido caso de grilagem de terras do país (Leite, 1998). É sabido que, do ponto de vista do processo de ocupação da região do Pontal do Paranapanema, existe uma forte relação entre o intenso processo de degradação dos biomas locais e genocídio indígena. Ou seja, os povos e comunidades indígenas fizeram parte da história do processo de ocupação da região, embora atualmente não estejam mais presentes na área.

¹⁰Da Figura 1 constam as Regiões Administrativas do Estado de São Paulo que se localizam na porção Oeste (9.^a e 10.^a R.A.s), com destaque para a parte da 10.^a RA conhecida como Pontal do Paranapanema.

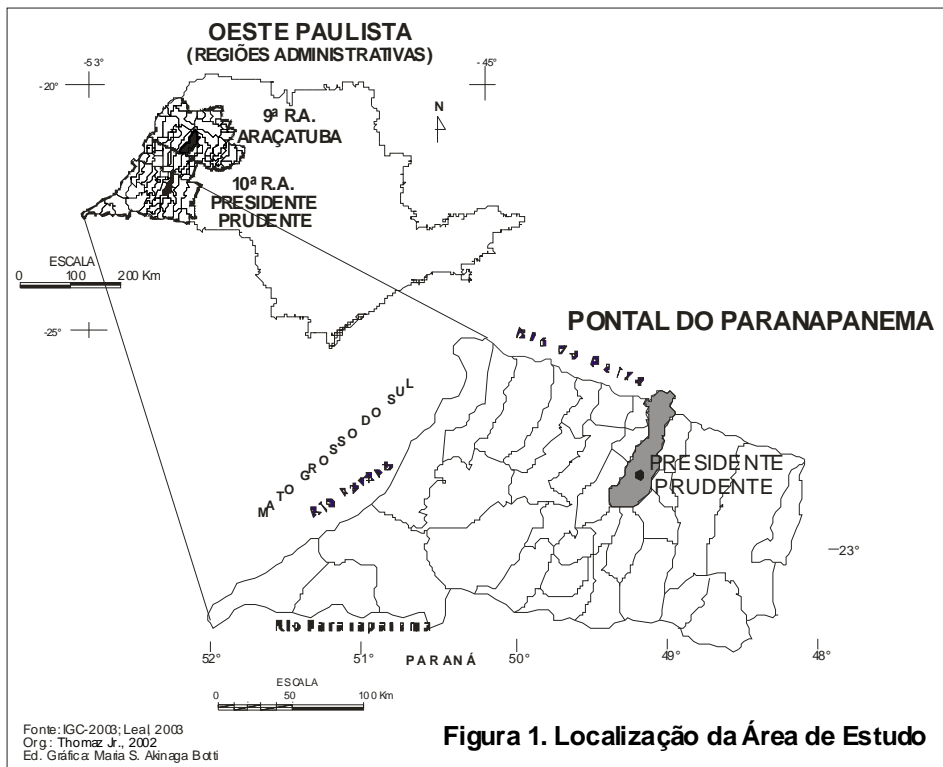


Figura 1. Localização da Área de Estudo

Figura 1 – O Território do Pontal no Contexto do Estado de São Paulo.

Fonte: Thomaz Jr., 2007.

De acordo com Leite (1998), até o início do século XIX, a região era desconhecida e desabitada pela civilização Brasileira. Eram habitantes da região apenas índios das tribos Xavantes, Caingangos e Caiuás. Os poucos brancos que haviam tido contato com a região foram os bandeirantes, como Antônio Raposo Tavares (que hoje dá nome a principal rodovia da região). Esses bandeirantes chegaram à área que hoje é conhecida como Pontal do Paranapanema em missões de aprisionamento de índios para trabalho escravo e não tinham qualquer intenção de fixarem-se na região.

Ainda segundo este, que é o mais original estudioso do Pontal, a história de grilagem de terras do Pontal do Paranapanema tem seu início em 1856, quando Antônio José Gouvêa, teria chegado à franja pioneira oeste e assentado, junto aos registros paroquiais, uma imensa gleba de terras, denominada de Fazenda Pirapó-Santo Anastácio (Leite, 1998) – como pode ser visualizado na Figura 2.

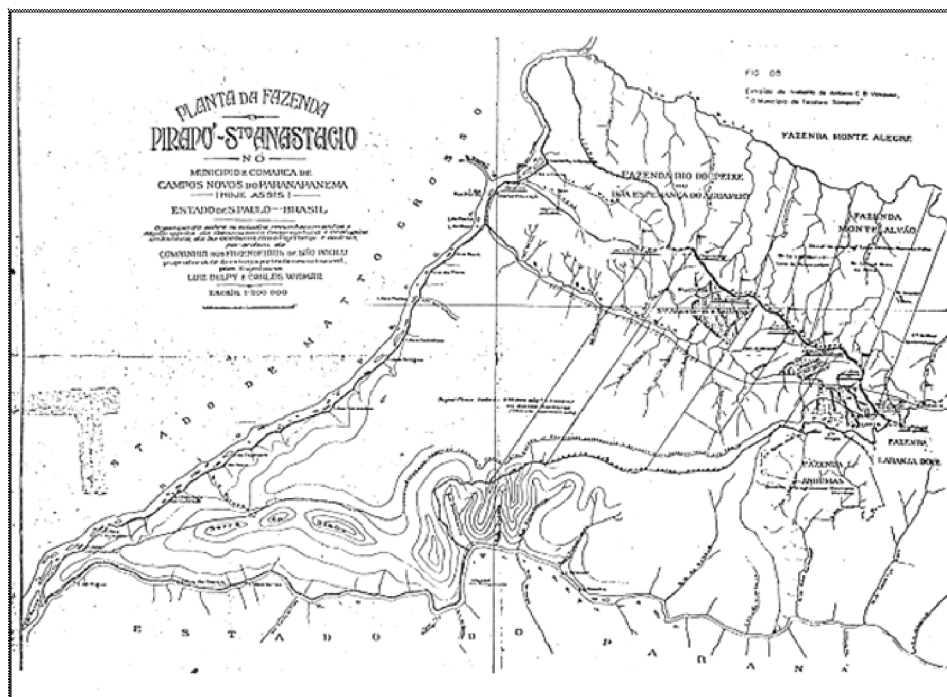


Figura 2 – Planta da Fazenda (Grilo) Pirapó-Santo Anastácio
Fonte: Leite, 1998, p.40.

Desde o início do Século XX sabe-se da falsidade dos documentos ligados à essa gleba. Apesar disso, sua ocupação se intensificou nos anos 1920, sob os impulsos da economia cafeeira e da necessidade de incorporação de novas terras (urbanas e rurais) a um mercado fundiário em expansão. Nos anos 1940, o governo estadual, tentando retomar o controle dessas terras, instituiu ali uma imensa reserva florestal – a grande reserva do Pontal (Leite, 1998). No entanto, novas grilagens foram feitas e a vasta área do Pontal foi definitivamente ocupada, restando, da política conservacionista dos anos 1940, apenas o Parque Estadual do Morro do Diabo, em Teodoro Sampaio (Figura 3).

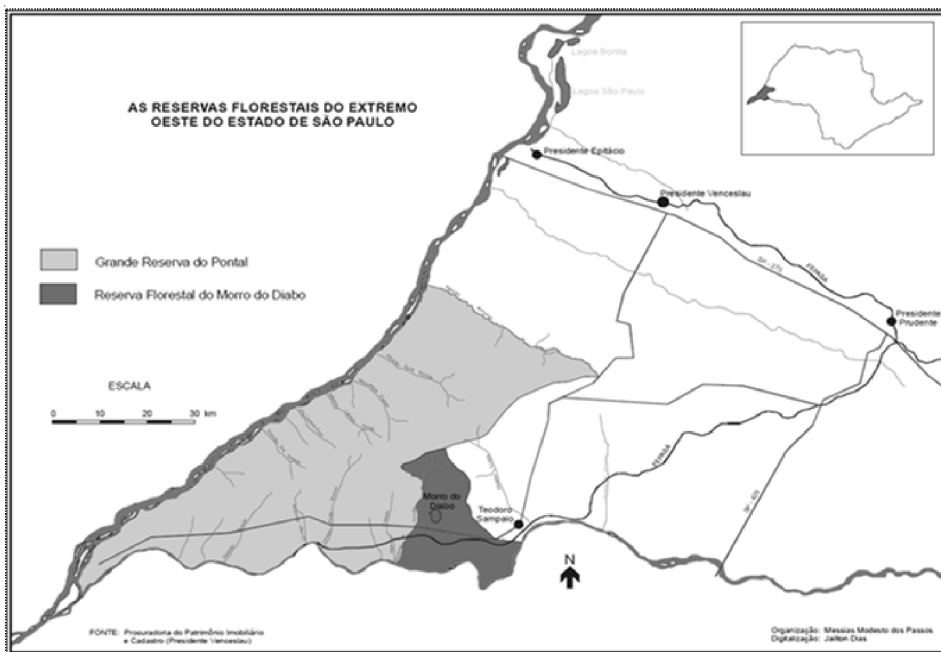


Figura 3 – Exemplo de Devastação no Território do Pontal

Fonte: adaptado de Passos (2004, p. 178).

Apesar da flagrante irregularidade que cercou a ocupação desse território, seu desenvolvimento econômico sempre esteve diretamente ligado aos empreendimentos agropecuários ali instalados. Primeiro, o café, depois o algodão e – a partir dos anos 1970 – com a exploração da pecuária extensiva de corte, culminando, mais recentemente com a introdução e generalização da cultura canavieira.

Ressalvando algumas intervenções oficiais – sobretudo através de reassentamentos de população atingida pelo impacto de barragens – somente a partir dos anos 1990 é que essa região irá ser palco da mais abrangente iniciativa de assentamento rural do Estado, caracterizando-se, a partir de então, pelos conflitos fundiários e pela forte intervenção do governo estadual na promoção de assentamentos de trabalhadores rurais (FERNANDES, 1996). Centenas de ocupações, milhares de trabalhadores mobilizados e acampados, dezenas de ações judiciais discriminatórias promovidas pelo Estado no sentido de identificar e arrecadar as terras devolutas irregularmente ocupadas: esse é o contexto sociopolítico do Pontal do Paranapanema, hoje a região do Estado

de São Paulo com o maior número de assentamentos e de famílias assentadas da reforma agrária.

Nesse cenário, o incremento da política de assentamentos na região aconteceu, sobretudo, na primeira gestão do governador Mário Covas (PSDB, 1995-1998), como resultado de intensas negociações para arrecadação de áreas e o assentamento de milhares de famílias. A Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) se constituiu como agência fundamental nesse processo. Dada a importância da região do Pontal do Paranapanema com relação ao número de assentamentos (são mais de 110 Projetos de Assentamentos já instalados, com aproximadamente 6,2 mil famílias assentadas, segundo informações do Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA, 2010). Conforme Figura 4, essa área do Estado tem mostrado uma dinâmica sócio-política extremamente rica e complexa em suas interfaces com os processos e projetos de desenvolvimento. A questão fundiária tem sido – ao longo de décadas – o ponto fulcral definidor das políticas públicas e ingrediente básico das tensões sociais envolvendo o estado e diferentes classes sociais que produzem esse território.

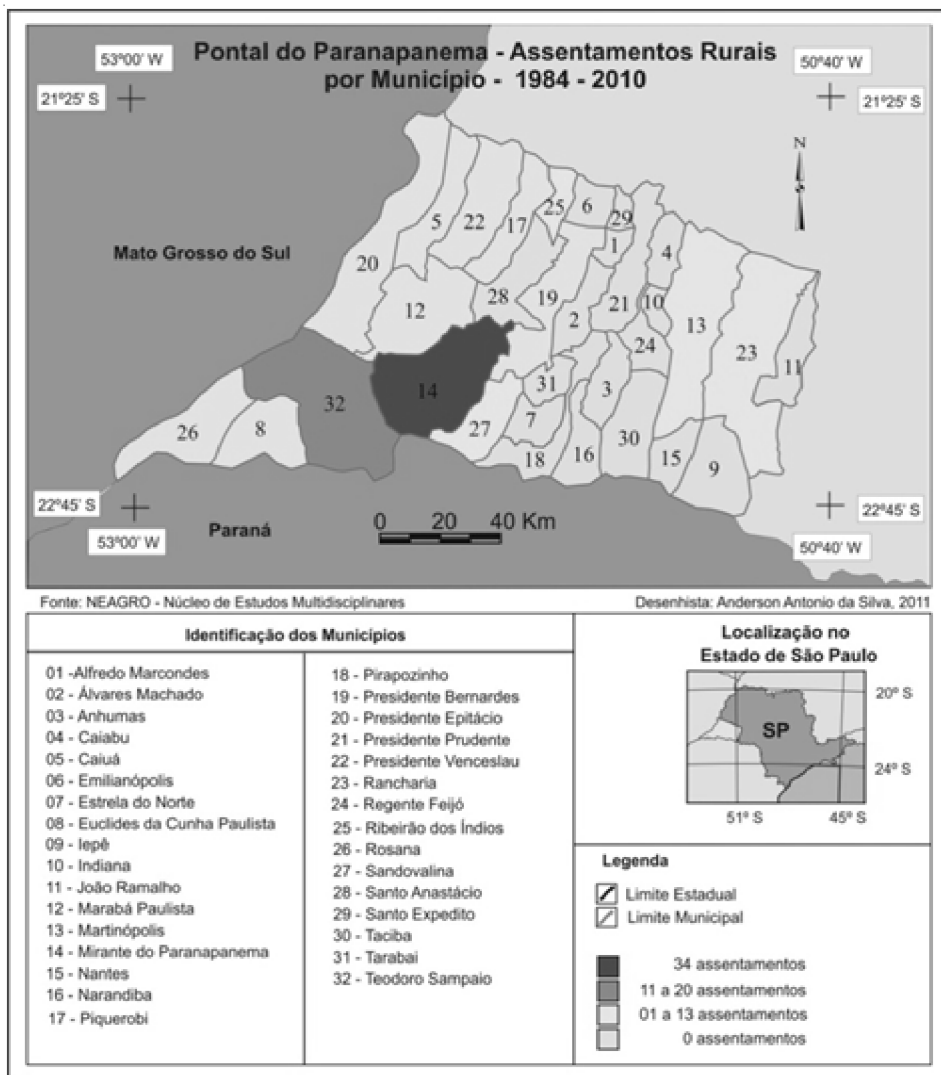


Figura 4 – Mapa dos Municípios do Pontal do Paranapanema com destaque para os Assentamentos Rurais.

Fonte: DATALUTA, 2010.

Região com forte presença do capital pecuário de corte, a chamada "terra do nelore mocho" convive com uma situação de indefinição em sua estrutura fundiária (novas ações discriminatórias estão em andamento na Justiça, o que aponta para novas intervenções do Estado e novos assentamentos). Reproduz-se, assim,

uma dificuldade de décadas em superar uma visível estagnação econômica produzida por processos de acumulação concentradores (da propriedade e da renda) e rentistas *vis a vis* a dinâmicas de crescimento com investimentos produtivos mais diversificados, geração de empregos e distribuição de renda. Destaca-se, também, que a partir do início dos anos 1990, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) constituirá um de seus núcleos mais dinâmicos exatamente nesta região. A reconhecida irregularidade fundiária e o contexto geral de concentração das terras alavancou a territorialização desta organização no Pontal do Paranapanema¹¹.

Neste sentido, projetos de desenvolvimento regional que ignorem a massiva presença de produtores assentados estão fadados claramente ao fracasso, além de revelarem características extremamente conservadoras, ao menos com relação às conhecidas iniquidades sociais que marcam a estrutura social e econômica do país. Com uma importância demográfica e social inegável, as milhares de famílias assentadas (Tabela 1) estavam à margem dessas alternativas de "desenvolvimento".

Tabela 1 – Assentamentos Rurais, Segundo Número de Famílias (2010).

MUNICÍPIO	Número	
	Famílias assentadas	Área (ha.)
Caiuá	445	10.732
Euclides da Cunha Paulista	471	9.615
Iepê	50	68
João Ramalho	40	54
Marabá Paulista	260	6.479
Martinópolis	124	2.744
Mirante do Paranapanema	1.625	34.984
Piquerobi	84	2.594
Presidente Bernardes	266	7.189
Presidente Epitácio	342	7.533
Presidente Venceslau	454	10.564
Rancharia	178	4.264
Ribeirão dos índios	40	852
Rosana	815	19.432
Sandovalina	198	4.017
Teodoro Sampaio	856	22.681
TOTAL	6.248	143.802

Fonte: DATALUTA, 2010.

¹¹Cf. Fernandes, B. M. MST: formação e territorialização. São Paulo, Hucitec, 1996.

Ao longo desses anos, os trabalhadores rurais beneficiários dos Projetos de Assentamentos, acabam por construir sua inserção econômica no entorno de forma significativa para as economias locais¹², mas muitas vezes deficitária para os assentados, sobretudo a partir do incremento da exploração da pecuária leiteira. Dada a importância da população assentada para os municípios mais atingidos pela ação reformista do Estado, o destino dos Projetos de Assentamentos representa um dilema e um desafio para as políticas públicas.

Os assentamentos, experiências inovadoras na gestão econômica e social do território, sem dúvida, expressam tensões que são reveladoras das contradições e possibilidades da chamada agricultura familiar frente ao poder do grande capital agropecuário e agroindustrial, no âmbito do desenvolvimento social no campo paulista (BARONE & FERRANTE, 2011). Para os projetos de assentamentos implantados no Pontal do Paranapanema, a ação do MDA, através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial e do Programa Territórios Rurais, possibilitou, mais do que o reconhecimento dessa população como prioritária para uma política de desenvolvimento regional, espaços de participação e negociação institucionalizados, garantindo aos assentados e produtores familiares tradicionais condições de se legitimarem através do diálogo com os Poderes Públicos – numa relação diferente do tradicional e subserviente clientelismo – e aprimorarem suas demandas, qualificando seus projetos e lideranças num debate acerca de um desenvolvimento substantivo.

Um dos segmentos expropriados, talvez o primeiro, que se mobilizou na luta pela terra foi o dos arrendatários. A evolução da questão agrária na região sempre opôs supostos proprietários-fazendeiros e trabalhadores rurais arrendatários, dedicados especialmente à cotonicultura nos anos 1950-60. No entanto, sua situação na terra sempre foi instável, dada a própria natureza da relação de produção. A partir dos anos 1960, intensifica-se a implantação da pecuária de corte, *pari passu* à sistemática expulsão dos arrendatários das terras então destinadas à criação de gado.

Nos anos 1970 e 1980, têm-se notícias de casos de lutas pela permanência

¹²Cf. Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva". **Assentamento fundiário: uma política de geração de emprego e renda no Pontal do Paranapanema – Relatório sintético das ações e resultados da política agrária e fundiária do Estado de São Paulo no Pontal do Paranapanema.** São Paulo, Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, agosto de 2005.

na terra, encetadas por arrendatários. Algumas dessas lutas chegaram à década de 1990, com acampamentos e ocupações na forma de posse, o que levou a que parte desses trabalhadores fossem beneficiados pela política de assentamentos realizada no período recente¹³.

O fim do ciclo algodoeiro, condicionado por transformações na divisão territorial do trabalho situadas na escala nacional e internacional, que se desenrola durante os anos 1970 e 80, gerou ao mesmo tempo um contingente de bóias-frias desempregados, anos mais tarde mobilizados por um pedaço de chão nesta conflagrada região e o abandono definitivo (nas cidades) de um incipiente parque industrial de processamento de sementes, óleos e fibras, com claros reflexos sobre o aumento do desemprego e a intensificação da migração regional.

O terceiro mais importante contingente de sem-terras é o formado pelos ex-barrageiros. Nos anos 1980, tanto a conclusão de novas Hidrelétricas no rio Paranapanema quanto a drástica diminuição no ritmo das obras das barragens da Usina Hidrelétrica "Sérgio Mota", em Rosana (Figura 5), gerou um grande contingente de desempregados junto aos operários não-qualificados que, a partir dos anos 1960, se deslocaram para a região em busca de trabalho nos canteiros de obras nas margens dos rios Paraná e Paranapanema.

¹³Registra-se, também, que alguns dos atuais movimentos de luta pela terra na região têm como base o segmento dos arrendatários que se dedicam à pecuária – caso da Associação "Brasileiros Unidos Querendo Terra" (ABUQT), com forte atuação nos municípios de Presidente Venceslau e Presidente Epitácio.

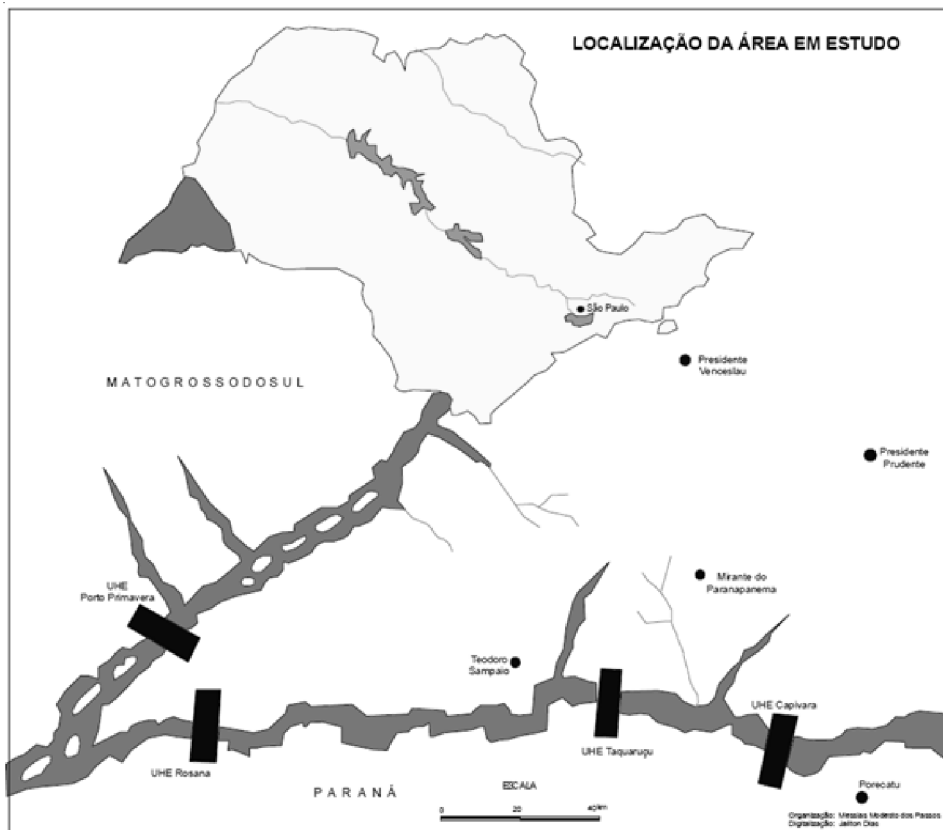


Figura 5 – Uhe Instaladas no Território.
Fonte: adaptado de Passos (2004, p.178).

A mais evidente mobilização desse contingente levou à instalação do assentamento Gleba XV de Novembro, na primeira metade dos anos 1980 (Fernandes, 1996; Antonio, 1990), maior área de assentamento no Pontal do Paranapanema, localizada entre os municípios de Rosana e Euclides da Cunha Paulista (vizinhos ao município de Teodoro Sampaio).

A degradação ambiental, provocada pelo desordenado e predatório processo de ocupação, pela atividade pecuária extensiva e, mais recentemente pelas barragens, pelo assoreamento dos córregos e um processo severo de perda dos solos (erosões e voçorocas) tem mobilizado diferentes instituições no território.

O debate sobre problemáticas ambientais é fomentado na região por entidades como a Unidade de Gerenciamentos de Recursos Hídricos – UGRHI 22,

vinculado ao Comitê de Bacias Hidrográficas do Pontal do Paranapanema; Programa de Microbacias Hidrográficas da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral do Estado de São Paulo – CATI e o Ministério Público. Organizações Não-Governamentais, como a APOENA e o Instituto de Pesquisas Ecológicas – IPÊ, presentes na região há mais de 20 anos, são atores importantes nessa discussão, bem como o campus da Faculdade de Ciência e Tecnologia da Unesp de Presidente Prudente. Recentemente também temos notícias de ações desenvolvidas pela Faculdade de Tecnologia – Fatec, igualmente localizada no município de Presidente Prudente¹⁴, onde tem oferecido cursos de extensão sobre legislação ambiental, agroecologia e agricultura orgânica nos assentamentos. A CESP e a DUKE Energy (gestoras das UHE), também têm ações, como investimentos em viveiros de mudas e campanhas pela conscientização ambiental, deflagradas como projetos de compensação ambiental¹⁵.

Estas entidades são representativas no desenvolvimento de ações relacionadas à preservação e recuperação ambiental da região. Algumas mais, outras menos – às vezes de forma intermitente – todas se fizeram presentes nos assentamentos da região, através de projetos pontuais, extensão universitária, compensações, TACs etc. Todavia, apesar de relativamente importantes, em geral não têm como foco debater a questão agrária gerada pelo processo de ocupação da região.

Parte representativa desses atores (sem-terras, produtores familiares, assentados ou não, instituições públicas e ONGs ligadas à política de assentamentos e à temática ambiental) está presente no processo de implantação do Programa Territórios Rurais (SDT/MDA), compondo, com legitimidade, o Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Pontal – CODETER. No entanto, é evidente a cisão nas forças sociopolíticas, opondo aqueles setores sensibilizados pela temática da reforma agrária e os grupos organizados mais ligados aos poderosos interesses econômicos regionais (pecuaristas-ruralistas, agora aliados aos empresários do setor sucroalcooleiro). Estes últimos não se fazem presentes nos fóruns promovidos a partir das políticas de desenvolvimento territorial do MDA, buscando, por outros caminhos (mas com forte apoio

¹⁴Ambas as Faculdades localizadas no município são públicas e estaduais.

¹⁵A pesquisa registrou que um importante projeto da Duke Energy, em parceria com o ITESP (um grande viveiro de mudas para recomposição de RFLs e APPs) está desativado na região do "Pé de Galinha" (na grande gleba São Bento, em Mirante do Paranapanema).

tanto do governo federal quanto estadual), articular projetos para o desenvolvimento dessa região¹⁶.

Assim, a fragmentação de interesses e a impossibilidade histórica de construção de agendas de futuro minimamente pactuadas reproduz-se no presente de maneira intensa, permitindo que se afirme ser a disputa por estratégias de inserção econômica da região aos espaços econômicos paulista e nacional e, por fim, por projetos de desenvolvimento os elementos centrais a serem enfrentados por qualquer processo de mudança e transformação no perfil e na dinâmica social, econômica e territorial do Pontal do Paranapanema.

A região do Pontal do Paranapanema destaca-se pela sua vasta extensão territorial e heterogeneidade dos assentamentos. De acordo com dados do Portal Territórios da Cidadania¹⁷ do Ministério do Desenvolvimento Agrário, a região do Pontal abrange uma área de 18.441,60 Km². É composta por 32 municípios. A população total do território é de 583.766 habitantes, dos quais 59.911 vivem na área rural, o que corresponde a 10,26% do total. Possui 12.349 agricultores familiares, além de 5.853 famílias assentadas – estes últimos, sujeitos de nossa pesquisa.

Em nossa pesquisa de campo foram aplicados 62 questionários em assentamentos de seis municípios da região, conforme a tabela a seguir. Os municípios de Rosana, com 42% das entrevistas; Mirante do Paranapanema, com 26% e Teodoro Sampaio, com 15%, juntos, concentram 83% dos questionários aplicados. Os assentamentos destes três municípios representam 61% de um total de 120 instalados na região do Pontal do Paranapanema ao longo dos últimos 28 anos.

¹⁶Cita-se, como virtual contraponto político do CODETER, a União dos Municípios do Pontal do Paranapanema (UNIPONTAL), associação hegemônica por lideranças alinhadas com o governo estadual (há muitos anos capitaneado pelo PSDB).

¹⁷Disponível em: www.territoriosdacidadania.gov.br.

Tabela 2 – Região Oeste A (Pontal do Paranapanema).

Município	Assentamento	Ano/ período	Famílias	Nº de questionários
Mirante do Paranapanema	Margarida Alves	2006/ Gov. Lula	90	4
	Roseli Nunes	2004/ Gov. Lula	55	3
	São Bento	1998/ Gov. FHC	182	9
Teodoro Sampaio	Água Sumida	1988/ Gov. Sarney	121	6
	Alcídia da Gata/Sta. Terezinha da Alcídia	1999/ Gov. FHC	55	3
Rosana	Gleba XV de Novembro	1985/ Gov. Sarney	575	26
Rancharia	Nova Conquista	1997/ Gov. FHC	104	5
Iepê	Bom Jesus/S. Marcos (PDS)	2006/ Gov. Lula	50	2
Pres. Venceslau	Tupanciretã	1997/ Gov. FHC	78	4
TOTAL			1310	62

Fonte: Pesquisa UNIARA/INCRA, 2011.

REGIÃO DE ANDRADINA

A região de Andradina, conforme o INCRA (2010) engloba os municípios da microrregião geográfica de Andradina e os municípios de Araçatuba

(Araçatuba), Birigui e Brejo Alegre (Birigui), Paulicéia (Dracena) e Turmalina (Fernandópolis), onde também existem assentamentos.

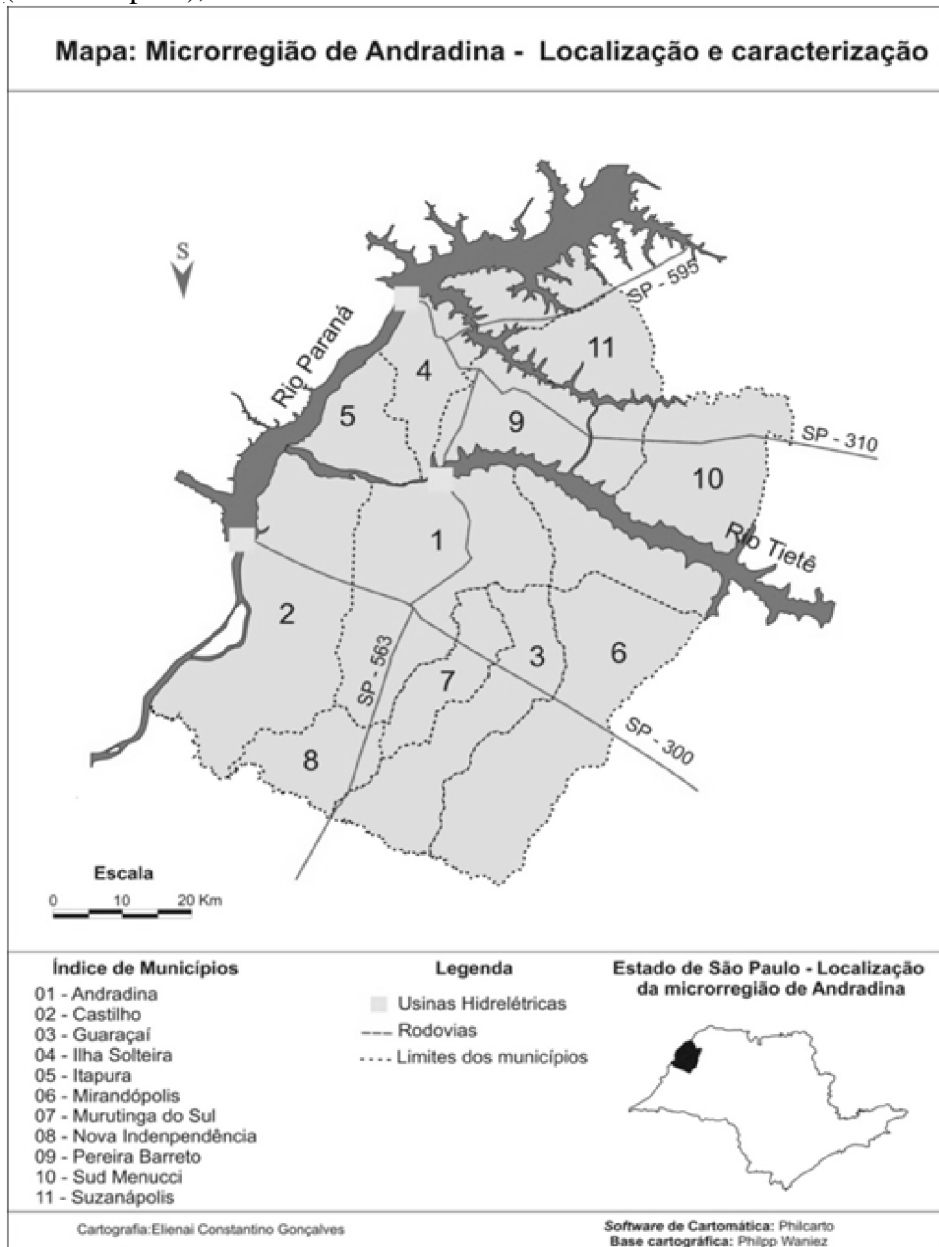


Figura 6 – Mapa de Andradina – Localização e caracterização.

Fonte: INCRA, 2010.

A microrregião é composta por 11 municípios¹⁸ e conta com 34 dos 42 assentamentos de toda a regional, nos quais moram 3.171 famílias assentadas numa área total de 58.272,24 hectares. Assim como o Pontal do Paranapanema, a região concentra grande número de assentamentos, mas com uma particularidade: enquanto no Pontal são assentamentos em terras públicas, em Andradina os assentamentos foram criados em terras desapropriadas.

O município de Andradina é conhecido como a "terra do rei do gado", alusão aos grandes proprietários produtores de gado, que é característica da região. No entanto, percebe-se que hoje as áreas de pastagem que vinham sendo caracterizadas como improdutivas e eram reivindicadas pelos movimentos camponeses como áreas passíveis para desapropriação, para fins de reforma agrária, estão sendo substituídas por cultivos de cana-de-açúcar, alterando a paisagem e a toda dinâmica regional¹⁹.

O avanço da cana-de-açúcar no oeste do Estado de São Paulo foi para atender a demanda do mercado dos agrocombustíveis incentivados pelo governo brasileiro. Isso resultou na expansão de várias empresas atuantes nas regiões tradicionais como Ribeirão Preto e Jaboticabal. Essas empresas abriram novas unidades industriais em todo o oeste paulista. Na tabela abaixo apresentamos as usinas criadas na região de Andradina no período recente:

¹⁸Andradina, Castilho, Guaraçaí, Ilha Solteira, Itapura, Mirandópolis, Murutinga do Sul, Nova Independência, Pereira Barreto, Sud Mennucci e Suzanápolis.

¹⁹Segundo dados do Instituto de Economia Agrícola (IEA) a área de pastagem cultivada no ano de 2010 foi de 310.230 hectares, 30% a menos do que no ano de 2000, que foi de 446.100 ha. Em contrapartida, a área de cana-de-açúcar para o corte em 2000 foi de 23.222 ha e em 2010 foi de 161.202, um aumento de 600%.

Tabela 3 – Usinas localizadas na microrregião de Andradina.

Pedra Agroindustrial S/A	Nova Independência	Essa unidade agroindustrial começou a ser instalada no município, no ano de 2004 com os primeiros plantios de cana e em 2008 a usina entrou em funcionamento. É resultado da fusão e expansão das empresas agroindustriais produtoras de cana-de-açúcar das regiões tradicionais da cultura, mais precisamente, de Ribeirão Preto.
Raizén	Mirandópolis e Andradina	Faz parte do Grupo Cosan, (maior grupo privado e maior produtor de etanol do mundo) e tem duas unidades instaladas na região depois de 2003.
Virálcool	Castilho	Presente nas áreas tradicionais (Pitangueiras e Sertãozinho – SP) desde 1966. Instalou em 2006 uma unidade no município de Castilho.
Pioneiros Bioenergia S/A	Sud Mennucci	A usina mais antiga da região começou a ser instalada em 1981 em Sud Mennucci. E, segundo representantes da própria usina foi difícil produzir no seu início em razão da falta de mão-de-obra qualificada, uma vez que os trabalhadores da região só trabalhavam com gado. Há um projeto de instalação de outra usina no município de Ilha Solteira.
Santa Adélia	Pereira Barreto	Mais um exemplo da expansão das empresas produtoras das regiões tradicionais para o oeste do Estado de São Paulo. A empresa instalada em Jaboticabal desde 1974 instalou uma unidade em Pereira Barreto em 2004.
Vale do Paraná	Suzanápolis	Faz parte do grupo Unialco e foi construída com recursos do Proálcool em 1980. O grupo está presente nos estados de São Paulo e do Mato Grosso do Sul.

Fonte: INCRA, 2010.

A região de Andradina é reconhecida também pela atuação dos movimentos sociais camponeses e pela concentração de assentamentos rurais. Em 2003, quando



se inicia a expansão da cana-de-açúcar, a microrregião de Andradina contava com doze (12) assentamentos, onde estavam assentadas 933 famílias em uma área de 23.404 hectares. No período de 2003 até 2010 foram criados trinta (30) assentamentos, beneficiando 2.699 famílias em 41.474 hectares. Um crescimento de 43% da área dos assentamentos, conforme pode-se verificar na tabela a seguir:

Tabela 4 – Assentamentos Federais da microrregião de Andradina.

Município	Assentamento	Criação	Área	Família
Andradina	PA Wilson Gandolf (Arizona)	28/06/2006	638,1	46
	PA Fazenda Belo Monte	22/04/2002	1.534,48	74
	PA Timboré	23/06/1995	3.379,82	176
	PA Timborézinho	25/09/2009	770,1	44
	Primavera	22/06/1981	9.595,10	280
	PA Chico Mendes	30/12/2008	4.284	268
	PA Araça	05/09/2008	1.379,18	80
Araçatuba	PA Hugo Silveira Herédia	11/07/2006	936,41	60
Birigui	PA São José - gleba I	09/02/1988	1.182,48	48
Brejo Alegre	PA São José - gleba II	14/08/2008	48,78	3
Castilho	PA São Joaquim	25/08/2003	606,19	46
	PA Celso Furtado	09/12/2005	2.434,76	179
	PA Terra Livre	25/08/2003	606,19	41
	PA Nossa Senhora Aparecida II	24/12/2004	976,45	73
	PA Cafeeira	08/10/2007	1.968,58	125
	PA Santa Isabel	17/09/2008	1.033,48	68
	PA Ipê	18/06/2009	978,75	75
	PA Anhumas	12/12/2001	1.350,26	70
	PA Rio Paraná	21/06/1992	2.205,13	92
	PA Pendengo	24/08/2009	4.139,62	245

	PA Nova Vila	15/01/2005	882,37	57
	PA Santa Luzia	18/05/2009	1.077,49	70
	PA São José II	09/02/1988	877,60	39
Guaraçáí	PA Aroeira	17/09/1987	872,17	40
	PA Estrela da Ilha	21/03/2005	2.984,33	209
Ilha Solteira	PA Santa Maria da Lagoa	21/03/2005	1.210,63	75
	PA Rosely Nunes	21/03/2005	1.172,66	85
	PA Cachoeira	29/10/2007	972,57	65
Itapura	PA Zumbi dos Palmares	30/12/2008	1.181,80	80
	PA Primavera	27/07/2006	1.777,06	105
Mirandópolis	PA São Lucas	21/09/2007	1.550,07	68
	PA Dois Irmãos	19/12/2005	1.817,44	125
	PA Santa Cristina	10/04/2006	986,00	54
Murutinga do Sul	PA Orlando Molina	10/11/1998	1.507,65	77
Nova Independência	PA Pousada Alegre	08/08/2005	929,72	60
	PA Santo Antônio	03/05/2002	332,35	30
	PA Terra é Vida	09/01/2004	513,66	39
	PA Olga Benário	18/09/2008	757,57	49
	PA Eldorado dos Carajás	11/03/2010		53
Pereira Barreto	PA Esmeralda	02/12/1987	2.082,13	85
Suzanápolis	PA União da Vitória	19/08/2005	2.906,31	155
Turmalina	PA Santa Rita	03/12/1987	1.074,22	35

Fonte: INCRA, 2010.

Apesar de a área dos assentamentos ter aumentado de forma significativa, maior que qualquer outra região do estado de São Paulo, fica evidente o

favorecimento por parte da iniciativa pública para com o agronegócio canavieiro.

Havia áreas que eram ocupadas pela pecuária extensiva, caracterizadas como improdutivas e que vinham sendo desapropriadas para fins de reforma agrária. Mas, agora estão sendo incorporadas ao sistema produtivo do agronegócio canavieiro. Isso agrava a concentração de terra e a disputa territorial entre os camponeses e o agronegócio para a utilização dessas terras e de recursos naturais, como a água, seja para a produção de alimentos ou para a produção de *commodities*.

Atualmente, a produção de gado leiteiro, que é desenvolvida nos assentamentos, confere à região uma nova identidade produtiva leiteira e a presença das famílias assentadas na região dinamizou a economia dos municípios. A consolidação dos assentamentos na região pode elevar a concepção da política de assentamentos a outro nível, no qual não só é importante a consolidação da propriedade da terra, mas também, a canalização dos recursos públicos como um direito à cidadania dos assentados e o acesso aos recursos naturais, como a água, para viabilizar a produção.

A região de Andradina é uma região simbólica na luta pela terra no Estado de São Paulo e no Brasil, não só devido ao fato de que nesta região está situado o assentamento Primavera, o mais antigo do estado de São Paulo, mas também, em razão das características peculiares em relação às outras regiões do Estado de São Paulo, segundo Ailton Sadao Moriyama (2011), coordenador regional da Superintendência do INCRA/SP. A alta concentração de assentamentos, só é comparável com a região do Pontal do Paranapanema. Na região de Andradina existem quarenta e dois (42) assentamentos, entre antigos e novos, quase que (em média) um assentamento por município, o que incide na visibilidade econômica e política dos sem-terra e da produção camponesa no imaginário da sociedade regional, e tem incidência na conformação da política pública que tem que considerar a inclusão deste setor socioeconômico. Isso, também, em decorrência da proximidade geográfica dos assentamentos, que é marcadamente sintomático nesta região, ao existirem situações de vários assentamentos que ficam dentro do mesmo município, como é o caso do município de Castilho; ou, situações nas quais existem vários assentamentos que ficam uns ao lado dos outros, constituindo um espaço geográfico mais amplo de continuidade da paisagem dos assentamentos, com as implicações sociais, econômicas e políticas que isso pode acarretar.

Por outro lado, a região de Andradina é uma área de desapropriação, diferentemente do Pontal do Paranapanema que são terras públicas e devolutas

do Estado e não se paga por elas na desapropriação, só as benfeitorias. Ao contrário, a desapropriação das propriedades privadas que são avaliadas como improdutivas tem outro valor. "A luta é mais emblemática na desapropriação", comenta Sadao, em referência ao impacto na subjetividade dos que lutam e demandam pela terra e pela desapropriação de uma propriedade privada por ser considerada improdutiva, que descumpra a função social, prevista na Constituição Federal do país. O mesmo não ocorre quando a ocupação é irregular, ainda que em terras públicas, ou em terras "sem proprietário reconhecido".

Andradina é uma região de embate direto da expansão do agronegócio da cana, o que coloca uma nova condição na luta pela terra, desde que o cultivo da cana é um cultivo de alta rentabilidade e de contribuição ao desenvolvimento do Brasil, destruindo o argumento da improdutividade dos latifúndios como critério de avaliação para a desapropriação.

MAPA: MICRORREGIÃO DE ANDRADINA - LOCALIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS

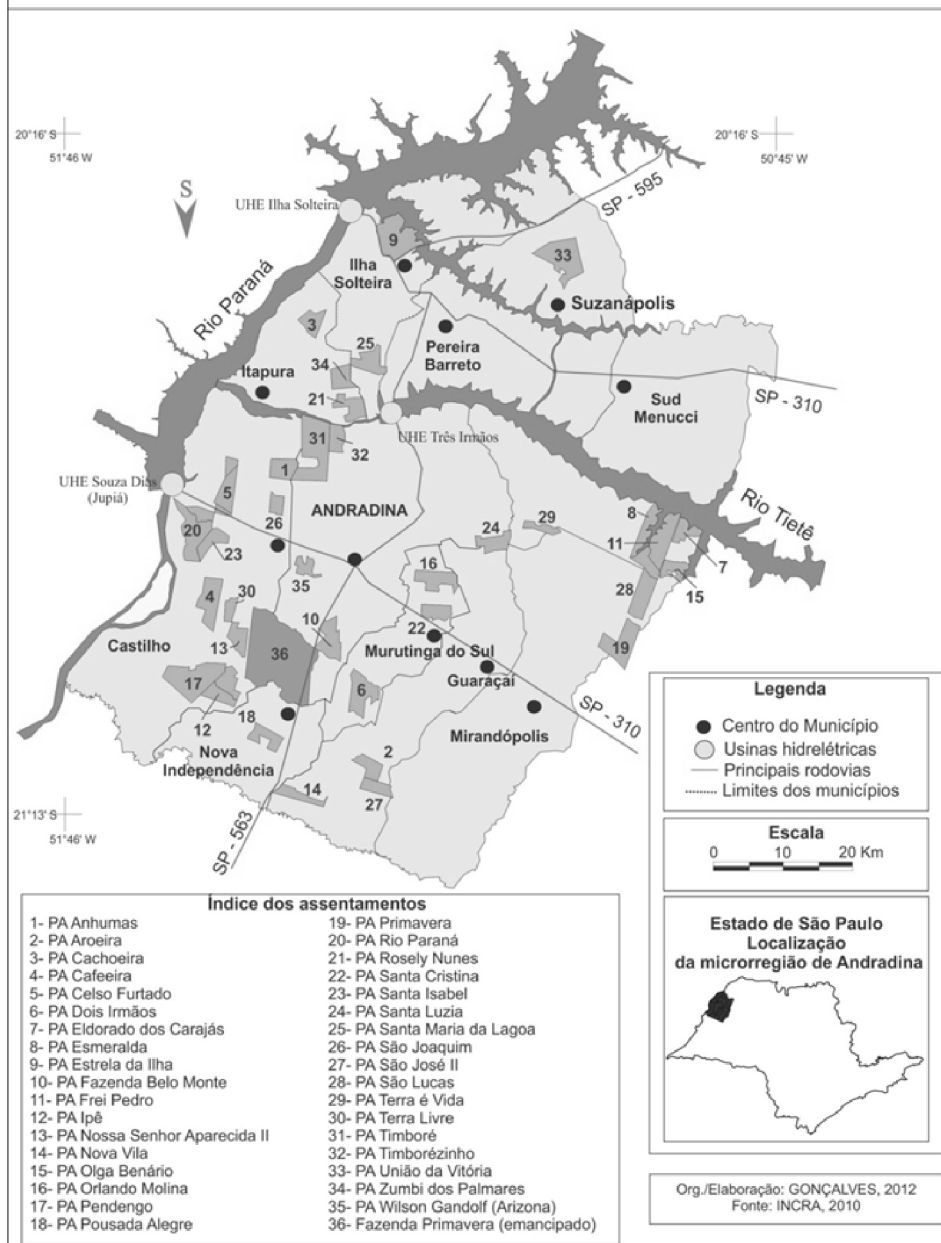


Figura 7 – Microrregião de Andradina – Localização dos Assentamentos Rurais.
Fonte: INCRA, 2010.

Tabela 5 – Região Oeste B (Andradina e Promissão).

Município	Assentamento	Criação	Famílias	Nº de questionários
Andradina	PA Timboré	23/06/95	176	8
	PA Prima vera	22/06/81	280	13
	Thimborezinho		44	2
Castilho	PA Celso Furtado	09/12/05	179	8
	PA Terra Livre	25/08/03	41	2
	PA Rio Paraná	21/06/92	92	4
Mirandópolis	PA Prima vera	27/07/06	105	5
	São Lucas	21/09/07	68	3
Pereira Barreto	PA Terra é Vida	09/01/04	39	2
	PA Esmeralda	03/12/87	85	4
Itapura	Olga Benário	18/09/08	49	2
	El Dourado	11/03/10	53	2
	PA Roseli Nunes	21/03/05	85	4
Gália	Margarida Alves	20/06/07	15	2
Guarantã	Antônio Conselheiro	06/10/98	147	7
Pirajuí	Vitória	21/08/09	10	1
Promissão	Reunidas	9/02/88	585	28
	Dandara	11/11/04	187	9
TOTAL			2240	106

Fonte: Pesquisa UNIARA/INCRA, 2011.

REGIÃO CENTRAL

A região Central do Estado caracteriza-se pelo alto dinamismo do agronegócio com empresas sucroalcooleiras e madeireiras. Como cobre uma vasta extensão territorial, subdividimos a região em microrregiões, de forma que a pesquisa cobriu assentamentos em Araraquara, São Carlos e Descalvado; Ribeirão Preto; Iaras e Piratininga; Colômbia. As microrregiões de Ribeirão Preto e Araraquara, por exemplo, são tratadas como a Califórnia Brasileira. Contrastando com este tônus de riqueza, a região apresenta um histórico de exploração e precarização dos trabalhadores e do uso da terra.

A característica de luta pela Reforma Agrária nesta região se estabelece a partir do contraponto do agronegócio com a possibilidade dos assentamentos, protagonizada pelos trabalhadores rurais que ora se vinculam ao movimento sindicalista (em especial a FERAESP), ora se ligam aos movimentos sociais (em especial o MST). É possível identificar territorialmente a disputa por estas instituições pelo maior rebanho nos assentamentos.

No caso específico das cidades mais próximas geograficamente à Araraquara onde se encontra a sede do sindicato a força do mesmo se torna maior que a do MST, neste caso específico, são os assentamentos de Araraquara, São Carlos e Descalvado.

Já nas cidades de Ribeirão Preto, Iaras e Piratininga o MST (e outros movimentos) têm uma atuação mais intensa. A região de Colômbia se caracteriza pela pouca atuação tanto da FERAESP como do MST, tendo como histórico de luta a ação do INCRA e prefeitura local. Esse quadro se refere a uma diferenciação das microrregiões também quanto à direção política.

Para analisar o potencial de desenvolvimento dos assentamentos da região central propomos uma análise a partir da data de criação para verificar a diferença deste processo em assentamentos novos e antigos.

A amostragem desta região possui 7 assentamentos com um total de 1250 famílias, conforme a tabela a seguir.

Tabela 6 – Região de Central.

Município	Assentamento	Criação	Famílias	Nº de questionários
Araraquara	Bela Vista do Chibarro	27/05/1989	244	12
Colômbia	PA Formiga	10/11/2008	58	3
Descalvado	PDS Comunidade Agrária 21 de dezembro	10/12/2005	40	2
Ribeirão Preto	PDS Barra	20/06/2007	440	21
São Carlos	PA Comunidade Agrária Nova São Carlos	21/08/2009	110	5
Piratininga	PA Santo Antonio	19/12/2001	26	1
Iaras	PA Zumbi dos Palmares	16/09/1998	332	16
TOTAL			1250	60

Fonte: Pesquisa UNIARA/INCRA, 2011.

Sabemos que o modelo produtivo estabelecido nos assentamentos desta macrorregião situou-se a partir do modelo tradicional de agricultura ligado ao perfil do agronegócio das cidades onde se localizam os assentamentos. Muitas vezes este envolvimento é tamanho que as terras do assentamento parecem, em algumas situações, extensões das próprias empresas agrícolas, como é o caso dos assentamentos Bela Vista e Zumbi dos Palmares.

No entanto, o potencial dos assentamentos pode ser desenvolvido não necessariamente vinculado à noção produtivista e ao modelo do agronegócio. Há outras perspectivas que vêm sendo estimuladas e serão analisadas nos artigos temáticos.

No caso do município de Araraquara, podemos visualizar a paisagem agrícola tomada pelas grandes extensões de terras ocupadas por culturas de exportação,

fundamentalmente pela cana-de-açúcar e a laranja. A área total ocupada pela cana-de-açúcar, segundo dados do LUPA (Levantamento de Unidades Produtivas Agrícolas) de 2008, chega a cerca de 49 mil ha e 6 mil ha para a laranja, dentro de uma área agrícola de cerca de 90 mil ha.

Região com forte densidade da agricultura modernizada, palco dos conhecidos complexos agroindustriais, há poucos registros da luta pela terra antes da década de 1980, o que não significa a inexistência de movimentos sociais com este caráter. Registros obtidos na grande imprensa em jornais alternativos e através de memórias sindicais dão conta da importante atuação política do Partido Comunista nesta região nas décadas de 50, 60 e 70. Atuação esta que por um lado, objetivava regulamentar a legislação trabalhista e, de outro, lutar pela reforma agrária, dado o peso da concentração fundiária e o não cumprimento da função social da propriedade.

Nos anos 80, a luta pela terra passa a ter maior visibilidade nacional e regionalmente. Neste caso, como consequência, dentre outras, dos movimentos grevistas dos bóias-frias conhecidos nacionalmente como a era das greves de Guariba. Os bóias-frias já reivindicavam, a partir da década de 70, a garantia de seus direitos trabalhistas, contestando sistemas impostos de corte da cana geradores de uma intensiva exploração da força de trabalho, progressivo adoecimento, dentre outros.

Sofrendo a repressão aos seus movimentos grevistas, em muitos casos materializada em demissões e listas negras e orientados pelo Sindicato de Assalariados Rurais de Araraquara, os bóias-frias dessa região e de outras passam, a partir da segunda metade da década de 80, de forma mais consistente, a reivindicar terra. Ocupações passam a ser freqüentes em vários pontos do Estado e do País e, no plano institucional, o Estado Brasileiro, sob pressão dos movimentos sociais do campo, institui o Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária em 1985, alvo de críticas e de elogios.

Produto de diferentes políticas públicas gestadas ao longo dos últimos 20 anos, o município de Araraquara (na região Central do estado de São Paulo) conta com três projetos de assentamentos rurais, sendo dois deles de responsabilidade do Instituto de Terras do Estado/Itesp (Monte Alegre e Horto Bueno de Andrade) e um do INCRA (Bela Vista do Chibarro).

Os primeiros núcleos de assentamentos (Monte Alegre I, II, III e IV) foram instalados pelo Itesp nos anos de 1985 e 1986, ainda na gestão do governador Franco Montoro (1983-1986), tendo sua instalação se completado mais de dez anos depois. Hoje o projeto de assentamento Monte Alegre conta com 6 núcleos,

perfazendo um total de 416 lotes agrícolas e, segundo o Itesp, 418 famílias que ali residem. A área da Fazenda Monte Alegre era, originalmente pertencente à Fepasa (Ferrovias Paulistas S.A.), estando sob gestão da Codasp (Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo) quando os assentamentos foram conquistados.

No mesmo período em que o Itesp instalou um dos núcleos mais recente do projeto do assentamento Monte Alegre – o de número VI, ainda na primeira gestão Mário Covas (1995-1998) – também assentou 31 famílias no Horto de Bueno de Andrade, área também anteriormente pertencente à Codasp e localizada no distrito araraquarense de Bueno de Andrade (que dá nome ao Horto). As dimensões deste projeto de assentamento, além da origem comum da mobilização das famílias ali assentadas e das que foram para o núcleo VI do Monte Alegre, fazem com que o Horto de Bueno seja considerado um apêndice do grande projeto de assentamento Monte Alegre.

Além desses núcleos do ITESP, existe um projeto de assentamento promovido pelo governo federal (INCRA) no município de Araraquara: o projeto de assentamento Bela Vista do Chibarro, com 176 lotes originalmente e atualmente com 211 famílias. O projeto de assentamento Bela Vista se encontra em terras anteriormente pertencentes a uma usina de açúcar (Usina Tamoio), cuja desapropriação data de 1989. A mobilização que levou à instalação deste P.A. acaba sendo emblemática da luta dos trabalhadores rurais nas terras dos canaviais (FERRANTE, 1992).

A trajetória dessas experiências de assentamentos não se diferencia muito das demais, sobretudo no Estado de São Paulo, no tocante à ação dos órgãos públicos responsáveis pelos projetos. A falta de planejamento, a desorganização de um cronograma racional de investimentos e o esvaziamento cíclico da estrutura de assistência técnica (FERRANTE & BARONE, 1997/1998) acabam por prejudicar em muito o desenvolvimento econômico dos produtores assentados. Conflitos entre assentados ligados a distintas direções políticas, expressos em protestos contra os órgãos técnicos, conflitos que tiveram interferência nas experiências frustradas de cooperativas e de associações reavivados por muitas disputas internas fazem parte desta trajetória.

Em comparação com inúmeros outros projetos, tanto sob responsabilidade do governo estadual quanto do governo federal, a característica mais marcante desses assentamentos é justamente sua inserção territorial numa região de agricultura modernizada, praticamente monopolizada pelas culturas da cana-de-açúcar e de citros. A maior parte das terras agricultáveis da região está cultivada

com cana – cuja extensão chega, no município de Araraquara, a cerca de 32 mil hectares – e cuja cadeia de produção constitui o maior complexo agroindustrial da região.

Leve-se em conta que, em função mesmo desse entorno socioeconômico, a maioria das famílias assentadas na região tem uma trajetória recente de trabalho imediatamente ligada a essa economia agroindustrial. Perto de 70% dos assentados no projeto de assentamento Monte Alegre (especialmente dos núcleos II e IV) foram proletários rurais nas culturas de cana e de laranja. No projeto Bela Vista do Chibarro, este índice está em torno de 50%, mesmo que a luta pelo assentamento tenha sido iniciada pelos ex-trabalhadores da usina falida. Ainda hoje, tanto a colheita de laranja como a de cana são formas de assalariamento temporário às quais os assentados recorrem.

A inserção de trabalhadores bóias-frias no movimento de demanda pela terra marcou a constituição dos assentamentos na região. A possibilidade da terra constituir-se em um dos eixos de luta dos bóias-frias, categoria que tem, no seu interior, segmentos que não tiveram uma relação direta de apropriação com a terra, criou impasses e exigiu remodelagens de interpretações do processo de modernização/expropriação e proletarianização rural (FERRANTE, 1992). Esta origem e a trajetória histórica da população hoje assentada, bem como de seu principal mediador político (o movimento sindical dos assalariados rurais), repõe resistências e acomodações específicas frente à integração dos assentados no sistema produtivo sucroalcooleiro, que se relacionam com o tempo anterior de assalariamento.

Os dilemas da inserção regional desses projetos de assentamento não se referem apenas à trajetória das famílias – um retrato das contradições dessa modernização agrícola – ou à participação no mercado que esses produtores assentados têm ou almejam ter. Desde a sua instalação, o conflito com forças políticas representativas do complexo agroindustrial da cana se fez presente, pautando em muito a discussão sobre os projetos de desenvolvimento dessas experiências de reforma agrária.

Inegavelmente, a expansão da cana põe em questão a gestão do trabalho no interior dos assentamentos. Entretanto, a produção para o autoconsumo e a recuperação de um possível *ethos* camponês continuam tendo peso significativo no viver dos assentados, assim como as perspectivas de diversificação que em nenhum momento foram dissolvidas com a integração nas parcerias.

Destacam-se o papel importantíssimo dos assentamentos nas estratégias de fornecimento de produtos naturais e diversificados para o município e programas

de segurança alimentar.

Além da relevância política e social dos assentamentos, é preciso destacar a existência de pequenos produtores rurais que permanecem à beira dos centros urbanos e/ou dos assentamentos que enfrentam igualmente, ou de forma mais arrasadora, os problemas de disputa de forças com as agroindústrias locais. Vale salientar que estes produtores permanecem à sombra dos assentados, muitos por não serem assistidos por linhas de créditos e fomentos que são destinados aos assentamentos rurais.

Neste sentido, ao pensarmos o desenvolvimento dos assentamentos como expressão de uma trama de tensões e conflitos é preciso entender que o mesmo se estabelece nas lutas que são travadas em torno desse ambiente construído socialmente. Trata-se, portanto, de uma concepção de região que vai além do espaço geográfico mais próximo e envolve uma nova forma de organização, perceptível a partir da atuação de atores locais (FERRANTE, 2011).

A este respeito, Ferrante, Barone (2011) destacam que as estratégias de diversificar a produção podem gerar autonomia para os assentados, no sentido de não depender da comercialização de um único produto agrícola ou de um único canal de produzi-lo e comercializá-lo; além disso, a agricultura praticada se volta para características mais tradicionais e sustentáveis, baseadas no uso dos recursos disponíveis localmente. Certamente, estes são pontos que certamente podem promover a liberdade dos sujeitos em terem ações e subsídios, em como fazer para agir e se movimentar, sem se subordinar diretamente a um sistema de controles e de poderes relacionado ao agronegócio.

Assentamentos da região Central: perfil e potencialidades no coração do agronegócio

Na microrregião de Araraquara, apesar da existência de diversificação agrícola que será apresentada no artigo sobre sistemas produtivos, é importante destacar a complexa relação de parceria agroindustrial, principalmente para plantio de cana-de-açúcar. Em outros estudos temos demonstrado a assimetria nas relações e nas informações, geradas entre "parceiros" tão distantes social e economicamente (FERRANTE & BARONE, 2011). Os benefícios da parceria têm se dado numa esfera estritamente econômica, embora seja difícil dimensionar tais benefícios quando levamos em conta os custos produtivos e os problemas ambientais (como contaminações e queimadas). Simbolicamente, temos discutido que os pacotes agrícolas exigidos pelas agroindústrias canavieiras para satisfazer suas necessidades produtivas acabam representando as amarras a que ficam

submetidos os assentados, pois retiram-lhes autonomia em todo o processo produtivo e de comercialização, gerando inclusive o endividamento em muitos casos. Apesar disso, estimamos que 80% das famílias em assentamentos da microrregião de Araraquara aderiram ao plantio de cana agroindustrial em 2010, segundo elas, pela falta de outras alternativas na história dos assentamentos²⁰.

As principais alternativas ao desenvolvimento das famílias além da integração agroindustrial vêm se dando a partir da possibilidade de comercialização em programas de compra governamentais e em feiras de produtores municipais.

No assentamento em São Carlos, essa estratégia de comercialização também predomina, embora com maiores dificuldades pela falta de água e a quantidade de tocos de eucaliptos da antiga fazenda que impedem o uso do solo, justamente porque durante a implementação do assentamento, a destoca não foi realizada.

Nos assentamentos de modalidade PDS essa forma de comercialização também predomina, principalmente os produtos de horticultura e fruticultura. Embora exista muita criação de pequeno porte (aves e suínos) esses produtos voltam-se mais ao autoconsumo do que para comercialização. Uma das principais dificuldades dos PDS's é o tamanho do lote. No PDS da Barra, em Ribeirão Preto, cada família possui um lote de aproximadamente 1,5 hectare. Apesar do tamanho do lote de cada família ser bem menor em relação aos outros assentamentos, os técnicos do INCRA informam que existem áreas (de APP e mata ciliar) nas quais os assentados podem fazer uso coletivo, porém na prática existem poucos projetos para uso dessas áreas.

É necessário destacar que os PDS's se diferenciam dos PA's sobretudo em função do TAC (Termo de Ajustamento de Conduta). Os PDS's estabelecem normas para o uso do solo e demais recursos naturais, bem como regulam o uso de insumos externos e poluentes, como os agrotóxicos, no assentamento. Neste sentido, as normas do TAC podem funcionar para a prática de uma agricultura ecológica, mas também podem ser medidas restritivas das estratégias dos assentados e, sobretudo, dos problemas por eles enfrentados nas lavouras. A pesquisa não identificou como contrapartida ao modelo, por exemplo, orientações técnicas e créditos diferenciados. O modelo PDS foi pensado e executado primeiramente na região Amazônica, no intuito de compatibilizar os assentamentos

²⁰Vale mencionar que após longo período de pressão das organizações das famílias assentadas, o INCRA/SP acaba de autorizar o plantio de cana em parceria com agroindústrias em até 40% de cada lote do assentamento Bela Vista do Chibarro.

rurais com a preservação da biodiversidade. Transposto para o estado de São Paulo, certamente não encontrou o mesmo cenário de preservação do bioma da região, no entanto, prevê várias ações visando a recuperação da vegetação nativa, como projetos em parceria com universidades e centros de pesquisa, como a Embrapa Meio Ambiente (Jaguariúna).

A microrregião na qual está inserido o assentamento de Colômbia é igualmente influenciada pelo complexo canavieiro e os assentados possuem contratos de fornecimento com as usinas. Por outro lado, o assentamento já passou por projetos de produção de grãos, como a soja e criação de gado leiteiro financiados pelo PRONAF. No entanto, os assentados mencionam que foi justamente a parceria para plantio de cana que possibilitou uma maior capitalização das famílias. Assim como relatado no assentamento Bela Vista do Chibarro, o dinheiro recebido com a cana vem sendo investido na produção de outras coisas, no caso, para a produção de abacaxi.

Na microrregião de Piratininga e Iaras, os assentamentos são fortemente influenciados pelo complexo papelero em seu entorno. Em Iaras, apesar de haver muitos produtores de gado leiteiro e uma produção mais diversificada para o autoconsumo, cujo excedente tem sido comercializado no mercado institucional, há forte presença de eucaliptos nos lotes. Trata-se de um assentamento em constante transformação, já que integra uma grande área pública largamente utilizada pelo complexo papelero e que vem sendo objeto de novas ocupações de terras, de forma que há núcleos de assentamento mais antigos e mais novos. À época da nossa pesquisa de campo, em 2011, havia nova área sendo ocupada pelo MST.

Relatos de praticamente todos os assentados entrevistados mostram um desânimo com a situação. No início, a Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados de Reforma Agrária de Iaras e Região (COCAFI), em parceria com o INCRA, prometeram extrair a madeira e reverter o dinheiro para o assentamento. Projetos grandes – como a construção de um laticínio no valor de R\$ 425.000,00 – foram discutidos e anunciados em assembleias com os assentados, porém eles relataram que apenas viram caminhões carregados de madeira saindo do assentamento e nenhuma benfeitoria de grande porte foi realizada. Os assentados reclamaram que o dinheiro da madeira foi revertido apenas em 2 tanques de resfriamento de leite, 10 ordenhadeiras mecânicas, 100 kits horta e 2 tratores para a cooperativa, mas isso estava muito aquém do que havia sido prometido e acordado.

O PA Santo Antonio está igualmente inserido em um entorno completamente

envolvido por grandes monoculturas de eucaliptos e também fazendas de bovinocultura. Porém, a pesquisa não identificou uma relação tão problemática e nem a presença tão forte de eucaliptos no assentamento. Foi verificada grande produtividade de mandioca, pelo fato de existirem farinheiras na região, especialmente na cidade de Itapeva, com as quais há possibilidade de comercialização. Por outro lado, há também muitos produtores de cereais (sobretudo feijão e milho). Um dos técnicos que presta assistência na região mencionou o potencial da região para a fruticultura.

REGIÃO LESTE

A região Leste, delimitada pelo INCRA, destaca-se pela vasta extensão territorial e pela heterogeneidade dos assentamentos. Por isso, subdividimos a região em três, conforme quadro a seguir. No presente artigo, descrevemos as condições mais gerais de constituição dos assentamentos visitados e, após, condições mais específicas das regiões e dos projetos de assentamentos, com foco na organização, infra-estrutura, políticas públicas e estratégias ao desenvolvimento²¹.

Os assentamentos da região Leste também são diferenciados quanto à data de criação, número de famílias e o tamanho médio dos lotes²², conforme a tabela a seguir.

²¹Por se tratar de uma região bem recente no histórico de pesquisa do nosso grupo, a caracterização da região se fundamentará em nossas pesquisas e materiais de campo, como entrevistas com técnicos e lideranças da luta pela terra.

²²O tamanho do lote refere-se a uma média, pois há assentamentos com grande diferença, por exemplo o de Apiaí, que tem lotes que vão de 3,5 ha, outros com 6 ou 7 ha e outros ainda com 10 ha.

Tabela 7 – Região Leste.

Região	Município	Assentamento	Criação	Famílias	Nº de questionários
Eixo Anhanguera	Americana	PDS Comuna da Terra Milton Santos	11/07/2006	85	4
	Cajamar	PDS São Luiz	27/07/2006	37	2
Vale do Paraíba	Biriti Mirim	PA Sítio Casa Grande	19/12/2006	48	2
	Tremembé	PA Tremembé	24/04/1995	97	5
	São José dos Campos	PDS Nova Esperança	05/11/2001	61	3
Vale do Ribeira	Itapetininga	PA 23 de Maio	4/12/2007	46	2
	Apiaí	PDS Professor Luiz de David Macedo	27/07/2006	86	4
TOTAL				452	22

Fonte: Pesquisa UNIARA/INCRA, 2011.

Segundo os técnicos entrevistados, o processo de seleção das famílias é amparado legalmente pelas normas específicas do INCRA. A prioridade de assentamento das famílias acampadas para solução de conflitos locais foi levada em conta em todos os casos. Houve participação do MST e das famílias acampadas organizadas.

Também segundo os técnicos, o planejamento dos assentamentos e ocupação das áreas após a seleção das famílias contou com a participação das famílias e do MST junto com o INCRA. Vale destacar que há dois tipos de assentamentos na região: o PA e o PDS, cujas principais diferenças situam-se nos Termos de Ajuste de Conduta (TAC) assinados pelos assentados em um e outro caso.

O MST é o movimento mais ativo na região Leste, responsável pela

mobilização dos trabalhadores e pela implementação de todos os assentamentos pesquisados, porém em épocas distintas.

No entanto, já na situação de assentamentos, a organização interna é marcada por rupturas de grupos que desistem de participar do MST e fundam associações e cooperativas produtivas – além de outros grupos sem vínculos formais, como de amizade, parentesco, de mulheres etc. – a fim de fortalecer a produção e a comercialização, bem como garantir o espaço conquistado. Com isso, criam novos espaços de autonomia para as famílias assentadas em relação ao movimento. Por outro lado, relatam que há investidas do movimento contra aqueles dissidentes. Essa realidade aparentemente só é contrariada no caso dos assentamentos de Cajamar e Americana.

Vale do Paraíba

Nos assentamentos mais antigos a organização da luta tem grande influência do MST. No assentamento Tremembé, a luta pela terra se inicia com 800 famílias vindas da região de Campinas que fizeram ocupações na região de Andradina, onde 500 famílias foram assentadas. As 300 famílias que não foram assentadas ficaram sabendo de terras da Petrobrás na região de Tremembé, que iriam ser loteadas, e resolveram voltar e lutar pela conquista de um pedaço de terra na região. Hoje, por questões políticas e ideológicas, houve o rompimento com o MST e apenas 4 famílias ainda fazem parte do movimento, no que atualmente é o assentamento de São José dos Campos (Nova Esperança I).

O processo de luta no assentamento Nova Esperança I também pertence ao histórico vínculo com o MST. O movimento social que articulou a ocupação dos trabalhadores iniciou sua empreitada pela conquista do assentamento Fazenda Conquista em Tremembé. Uma área foi emprestada ao MST para que eles pudessem juntar mais famílias e organizar a luta no Vale do Paraíba. Após três meses conseguiram que mais famílias aderissem ao movimento e no dia 23 de Fevereiro de 1998 ocuparam a fazenda Sapucaí, em Pindamonhangaba. Permaneceram sete dias até que a reintegração de posse foi expedida. Os militantes, então, ocuparam a Rodovia Presidente Dutra, onde permaneceram por cinco meses. As dificuldades eram muitas, mas, após os cinco meses morando na beira da rodovia por orientação do movimento. No dia 16 de Setembro de 1998, 180 famílias, ocuparam a Fazenda Santa Rita, após 1 ano acampados o dono da fazenda conseguiu a reintegração de posse, e as famílias foram para fazenda vizinha (Santa Clara). No final do ano de 2001 foi feita a aquisição da fazenda Santa Rita pelo INCRA e as famílias puderam voltar, no início de 2002

foi homologado o assentamento Nova Esperança I²³.

Por outro lado, os assentados da região do Vale do Paraíba contam também com outro tipo de formação política: os assentados têm passagens pelos grandes centros urbanos, normalmente trabalhavam em metalúrgicas e eram ligados a sindicatos com características marcantes de luta pela melhoria das condições de vida, pensavam na construção de uma coletividade. Após se vincularem ao MST, se identificaram com a filosofia do movimento e passaram a ser militantes da reforma agrária. Diferentemente, em Biritiba Mirim, os assentados já ocupam o local há mais de 30 anos, na condição de arrendatários.

Região em que predomina produção de hortas para abastecimento da capital e do ABC. Principalmente mais perto desses centros urbanos (Biritiba), onde no caminho para o assentamento pudemos ver inúmeras hortas grandes, algumas voltadas ao mercado de orgânicos (pequenos e médios produtores inseridos nas grandes redes de varejo, como Pão de Açúcar).

Para a prefeitura de São José dos Campos, a área em que o assentamento está inserida é considerada macrozona de expansão urbana (Zona de Chácaras de Recreio, ZCHR). Na entrada do assentamento e fazendo divisa com os primeiros lotes existe um condomínio (Colinas do Parahyba), de casas de luxo, o muro que cerca toda sua extensão está pronto e algumas casas já estão construídas. Seus donos são geralmente pessoas da cidade de São José dos Campos que moram em prédios no centro e estão construindo mansões no condomínio afastado da cidade para passarem os finais de semana. O asfalto vai até a portaria do condomínio, depois começa o assentamento e a estrada de terra.

Por outro lado, a região também é marcada pela presença de fazendas produtoras de gado de corte com grande aporte tecnológico e que participam de programas de melhoramento genético (PAINT), focado principalmente o melhoramento genético de animais alimentados a base de pasto.

A região do Vale do Ribeira

Na região do Vale do Ribeira, a maioria das pessoas passou pelo município de Itapeva, onde o MST tem um escritório regional, com centro de formação e uma escola agroecológica, rádio comunitária, a cooperativa Coapri e vários outros projetos (energias alternativas, oleaginosas etc.).

As famílias do PA Ipanema (Iperó) e do PA Carlos Lamarca (Itapetininga),

²³Informações obtidas com liderança local.

assentamentos de origem mais antiga assistida, foram criados na década de 90, momento em que a bandeira do movimento defendia a reforma agrária distributiva orientada pela produção. Localizado na mesma região, o PA 23 de maio (Itapetininga) foi criado no ano de 2007, porém, a origem das famílias, em sua maioria filhos de assentados no município de Itapeva, talvez explique a semelhança no que diz respeito à ocupação e produção no PA. Antes desses três PA's serem decretados, as áreas eram ocupadas por pasto e eucalipto (PA Carlos Lamarca), excetuando o PA Ipanema, área da União, as outras áreas eram de particulares.

As famílias assentadas no PA 23 de Maio (Itapetininga) são oriundas, em sua maioria, dos assentamentos de Itapeva, eram agregados que com o aumento das famílias de origem se mobilizaram junto com o MST para a conquista de outra área.

A área do PA Ipanema (Iperó) decretada em 1995 foi ocupada por cerca de 700 famílias, quase 3.000 pessoas, em maio de 1992, época em que foi criada a Floresta Nacional de Ipanema (hoje sob gerência do ICM/Bio). A relação conflituosa com a administração da Floresta Nacional, verificada desde o início da criação do assentamento, que ocorreu devido à ocupação deste grande número de famílias, foi amenizada após assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre os órgãos INCRA e ICM/Bio, acompanhado pela AGU, no ano de 2010. Este acordo visa a transição agroecológica da produção neste assentamento para solução da questão fundiária na área, visto que o PA está situado na zona de amortecimento da unidade.

O PA Carlos Lamarca (Itapetininga), decretado em 1999, também é fruto da mesma mobilização por reforma agrária ocorrida na região metropolitana de Sorocaba nos anos 90. Estas famílias ficaram acampadas em vários municípios da região até a criação do assentamento.

Já o assentamento de Apiiaí, embora inserido numa região com tal influência da estrutura fundiária, localiza-se numa zona de amortecimento entre dois Parques de Preservação (Parque Estadual Intervales e Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira – PETAR). Segundo os assentados, quando da ocupação da terra pelo assentamento, a fazenda estava degradada. Antes do assentamento, a fazenda era explorada por madeireiros que retiravam cedro e outras madeiras de lei. Com a falência da madeireira, a fazenda passou para o Banco Sudameris. Este vendeu as terras para uma mineradora, que criava 1.500 cabeças de búfalo. Só depois do assentamento, a mata atlântica foi se regenerando, o que lhe dá um grande potencial turístico ecológico. A região também é forte no cultivo de tomate (atividade agrícola

que garante renda aos pequenos produtores). Mas como se trata de um cultivo muito intensivo em insumos químicos, não compatibiliza com as práticas agrícolas normalmente adotadas pelos assentados, especialmente no assentamento de Apiaí que é PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável) e possui normas específicas de exploração agrícola que impedem o uso de agrotóxicos.

A tendência da região é a expansão das fazendas com monoculturas de pinus e/ou eucalipto e o avanço do agronegócio de papel e celulose. Principalmente em Itapetininga, existem vastas extensões de terra com essas monoculturas e em todo entorno dos lotes do assentamento visitado.

Região Cajamar e Americana (Eixo Anhanguera)

Nesta região predomina o eucalipto e as indústrias de papel e celulose em Cajamar e, em Americana, predomina a cana e um parque industrial mais diversificado.

Após um panorama geral sobre esta região, abrangendo também aspectos do assentamento de Limeira, como exemplificação da luta pela terra e dos desdobramentos deste complexo processo, vamos nos deter um pouco no aprofundamento da situação do assentamento de Cajamar.

Os Projetos de Desenvolvimento Sustentável São Luiz (Cajamar), Milton Santos (Americana) e Elizabeth Teixeira (Limeira) são frutos da luta do MST travadas nos anos 2000, momento em que agrupa-se, com bastante ênfase, à bandeira da reforma agrária a questão ambiental e a recuperação das terras públicas. Esses assentamentos possuem muitas semelhanças, entre elas a proximidade dos grandes centros urbanos. As áreas eram ocupadas por pasto e eucalipto (São Luiz e Elizabeth Teixeira) e cana e soja (Milton Santos). O PDS São Luiz foi objeto de compra através do Decreto 433/92, o Milton Santos pertencia ao INSS e foi cedido ao INCRA para solucionar conflito na região e, o Elizabeth Teixeira, área da União, ainda é objeto de disputa judicial entre a União/INCRA e a prefeitura do município de Limeira

A origem das famílias desses assentamentos é essencialmente urbana. O trabalho de base do MST foi realizado nos municípios de São Paulo, Campinas e entorno em épocas distintas. Dessa forma, a maioria dos beneficiários realizaram e ainda realizam esporadicamente (São Luiz, Milton Santos e Elizabeth Teixeira) trabalhos relacionados à construção civil, cozinha entre outras atividades nos municípios vizinhos.

O PDS Milton Santos (Americana) foi criado em 2006, após sucessivos despejos na grande Campinas, região caracterizada pela grande especulação

imobiliária, em dezembro de 2005 as famílias foram para área com autorização do INCRA. As famílias do PDS São Luiz também foram assentadas no ano de 2006, após diversos despejos na região metropolitana de São Paulo a área da fazenda foi adquirida pelo INCRA através do Decreto 433/92.

O Horto Florestal Tatu, município de Limeira ainda é objeto de disputa judicial. A criação do assentamento está suspensa por conta do Mandado de Segurança impetrado pela prefeitura do município no STJ. As famílias, já passaram pelo processo de seleção e encontram-se numa área limitada pela justiça federal de Piracicaba (100 ha) dentro do horto aguardando solução litigiosa.

Os PDS (s) Milton Santos e São Luiz possuem áreas reduzidas. No momento de criação destes assentamentos o modelo institucional – PDS – foi adotado em concordância com as reivindicações e denúncias (ambientais) das famílias organizadas, sendo também, semelhante ao projeto "Comuna da Terra" do MST. No decorrer da permanência das famílias, a disposição coletiva foi alterada, os beneficiários resolveram dividir as parcelas individualmente, ou seja, cada família ficou com seu lote de 1 ha, aproximadamente. Ainda existem áreas de produção coletiva nos dois assentamentos, porém a equipe relatou dificuldade em dimensionar este trabalho em grupo. Como já apontado, o PDS Elizabeth Teixeira encontra-se suspenso.

Algumas particularidades da luta pela terra em Cajamar

Desde 2004, aproximadamente 40 (quarenta) famílias lutavam por terra, moradia e trabalho na região de Cajamar (antes chegavam a duzentas, permanecendo em 2006 apenas quarenta), sofrendo todas as dificuldades resultantes da vida em um acampamento.

As adversidades incluíam, além da falta de água, de luz e de alimentação, o frio de quase 5 graus de madrugada (devido à moradia precária nos barracos de lona), a violência simbólica do preconceito por parte da sociedade local e a violência física, quando sofreram diversos despejos.

A violência simbólica do preconceito que esta população sofreu e, que ainda sofre relativamente, pode ser comprovada pela forma como os serviços público e privado da região atendiam os sem-terra. Ainda durante a ocupação das áreas a pesquisa realizada por Lucila Fernandes, da USP²⁴, constatou o seguinte:

²⁴"População dos trabalhadores rurais sem terra e o Sistema Único de Saúde: acesso de mulheres aos serviços de pré-natal na atenção básica".

Diante do contexto das mudanças no âmbito social, propôs-se um estudo de acesso aos serviços de saúde com as mulheres do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que sabidamente encontram dificuldades, inclusive a realidade da não fixação de suas moradias. Objetivo: Verificar o acesso de mulheres trabalhadoras rurais sem terra aos serviços de pré-natal no âmbito da atenção básica. (...) Resultados: As mulheres foram atendidas na **Unidade Básica de Saúde de Cajamar** pela proximidade geográfica. Evidenciaram condições de vida precários, **percepção da "discriminação" por serem do MST por parte do pessoal de saúde, prática de violência física**, além de outras e reduzida condição de adoção de métodos contraceptivos.

Ainda no aspecto da violência simbólica que as famílias dos acampados sofreram foi identificado com conteúdo preconceituoso e inverossímil o panfleto distribuído na cidade de Jundiáí pelo vereador Marcelo Gastaldo (PTB – Jundiáí) com os seguintes dizeres:

DIGA NÃO PARA A INVASÃO DO MST

Vamos salvar a Serra do Japi

Em fevereiro de 2006, o MST tentou invadir a nossa Serra do Japi.

Seriam 1.000 famílias ou 4.000 pessoas entrando e destruindo o nosso maior patrimônio.

Os vereadores, o COMDEMA, o conselho gestor da serra, a prefeitura, a promotoria do meio ambiente, a OAB e os jornais de Jundiáí levantaram suas vozes e conseguiram impedir que esse crime acontecesse.

Agora o INCRA (Órgão do Governo Federal) quer desapropriar uma fazenda (dentro da Serra do Japi) no Município vizinho de Cajamar para assentar os sem terra do MST.

Se isso acontecer, as portas para uma invasão em massa estarão abertas (**por onde passa um boi passa uma boiada**).

As 4 cidades que participam da Serra do Japi, (Jundiáí, Cajamar, Pirapora do Bom Jesus e Cabreúva) estão unidas para defender a nossa Serra do Japi.

Por isso pedimos que assine o manifesto que está percorrendo Jundiáí, para que possamos levá-lo ao Presidente da República, demonstrando que aqui nós temos lei e ordem e ninguém e nem o MST vai tomar a nossa Serra do Japi.

(Assinado por) Vereador Marcelo Gastaldo (PTB)

Nem é preciso tecer maiores comentários ao panfleto. Já era de se prever que as instituições públicas e parte da sociedade civil, sob a desculpa da defesa do meio ambiente se colocassem contrárias à reivindicação por terras na região.

Em relação à violência física dos despejos, a Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, em relatório de 2004, denunciou:

SÃO PAULO – Setembro de 2004 – Despejo Violento

Dia 9 de setembro, 200 famílias sem terra foram despejadas pela polícia militar de São Paulo, da Fazenda São Luiz, município de Cajamar. A ação começou por volta das 5 horas da manhã, com o acampamento sitiado pela tropa de choque da PM. As famílias desmontaram os barracos que puderam e foram expulsas da área, deixando para trás suas hortas, barracos e todas as melhorias que haviam feito na área, antes totalmente abandonada. Após as famílias saírem, um trator destruiu as plantações.

O objetivo desses trabalhadores é conseguir a desapropriação da fazenda, que possui 955,9 hectares, sendo que 534 são aptos à agricultura. Hoje, essa fazenda possui apenas enormes plantações de eucalipto. Parte dessas terras encontra-se em Área de Proteção Ambiental (APA) da Serra do Japi. As APAs são áreas submetidas ao planejamento e à gestão ambiental, com o objetivo de garantir a preservação da vida silvestre, a proteção dos recursos naturais e a melhoria da qualidade de vida da população local. No entanto, a monocultura de eucalipto não possibilita a preservação da área.

Foram cinco (5) o número de despejos sofridos por essas famílias no processo de conquista da terra. Diversos documentos foram feitos contra as famílias e o assentamento na região, tanto por parte de organizações não-governamentais como por parte de órgãos públicos locais. O argumento base contra a permanência dessas famílias no local foi a possível degradação ambiental que a Serra do Japi sofreria com o assentamento daquelas famílias.

Entretanto, esse argumento foi facilmente desmontado pela evidente presença da especulação imobiliária e do plantio e extração de eucaliptos há décadas. E essas atividades nunca foram, até hoje, alvo da preocupação dos ambientalistas. Pelo contrário, foram denunciadas pela ação das famílias assentadas.

As fotos guardadas em arquivo demonstraram e evidenciaram a degradação ambiental e a caça predatória, presentes na área e praticadas pelos madeireiros.

Ficava cada vez mais nítida e acirrada na sociedade local a política de intolerância contra as famílias sem-terra, principalmente quando se lembra que,

em 2002, o ex-proprietário da Fazenda São Luiz anunciou sua venda nos jornais, visando realizar um empreendimento imobiliário através da venda de lotes. E, nessa ocasião, nenhuma manifestação contrária ao loteamento de lazer e moradia foi feita por parte dos ambientalistas de plantão.

Em contrapartida, em relação à possibilidade do assentamento de trabalhadores sem terra, foram inúmeros os abaixo-assinados enviados ao presidente da República, notas em jornais, atos públicos, todos realizados contra o Projeto de Desenvolvimento Sustentável – PDS, implementado pelo INCRA/SP.

Além da especulação imobiliária abundante na região – que já possui diversos condomínios de alto padrão – presenciava-se também a monocultura e extração de eucaliptos, que conforme é sabido e também denunciado é degradante ao meio-ambiente, escasseia o lençol freático e os mananciais, tornando árida a terra utilizada.

Vale lembrar que essas plantações têm invadido a área de proteção ambiental e muitas vezes têm destruído a vegetação nativa. Mas, a ameaça de uma vizinhança pobre ao lado de terras de especulação imobiliária de alto valor incomodava a elite local.

Por outro lado, também houve algumas opiniões na comunidade local que viram com bons olhos e compreenderam a modernidade do "Projeto de Desenvolvimento Sustentável", acolhendo como positivo o assentamento planejado das famílias de trabalhadores.

No Jornal dos Bancários de Jundiáí, em julho de 2006, frente à ação de políticos da cidade contra o assentamento e diversas denúncias sem fundamento noticiou-se o seguinte:

Além disso, o assentamento não fica em área virgem e descampada, como dizem alguns, mas sim na improdutiva Fazenda São Luiz, que agora está fértil devido ao trabalho daquelas famílias, inclusive com várias melhorias e com diversos tipos de cultura florescendo, como mandioca, milho e girassol. Por último, próximo ao assentamento e muito mais próximo à Serra, existe desmatamento (corte de eucaliptos, principalmente) que não é feito pelos assentados, mas sim por pessoas que não estão sendo denunciadas pela mídia. Ora, se fosse verdade que o MST está na Serra do Japi, estes madeireiros também não estão, pois são áreas vizinhas? Por fim, no caminho do assentamento, e após ele, existe uma estrada bem conservada, ladeada de casas (algumas de alto padrão), chácaras com lagos e campos de futebol

e até mesmo templos religiosos. Cumpre observar que, se o que procuramos é a defesa da verdade, então por que se está transmitindo à população de Jundiá informações tão incorretas e parciais? Se é que há ilegalidade, será que só as famílias assentadas devem ser penalizadas? E as casas e construções próximas, estarão isentas de reprimendas? E os madeireiros? Vamos ver se, de posse destas informações, alguns que antes disseram tanto, agora usem seus meios de divulgação para desdizê-las, fazendo a opinião pública ter acesso a todas as verdades, e não só às mentiras que alguns querem fazer passar como fatos reais.

À época, apesar de não noticiado na imprensa, uma (pequena) parte da população dava certo crédito à criação do assentamento. Um abaixo assinado em apoio ao assentamento foi divulgado. Esta trajetória é bem reveladora dos impasses enfrentados pelos assentados na sua luta por permanecer na terra.

Referências

ANTONIO, A.P. **O Movimento social e a organização do espaço rural nos assentamentos populacionais dirigidos pelo estado.** Os exemplos da alta sorocabana no período 1960-1990. 1990. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade de São Paulo, FFLCH, São Paulo.

BARONE, L.A.; FERRANTE, V.L.S.B. A reforma agrária que temos: conflitos e resistências na política de assentamentos em São Paulo. XV Congresso Brasileiro de Sociologia/SBS (GT 01 – "A questão agrária no Brasil contemporâneo: redefinições teóricas e dilemas políticos"). Curitiba/PR – 26-29/julho/2011. In: **Anais...**, Curitiba, 2011.

FERRANTE, V.L.S.B. A Proletarização não tem cartas marcadas: a terra no horizonte dos bóias-frias. **Revista Reforma Agrária**, Campinas, v.22, n.3, p.16-23, 1992.

FERRANTE, V.L.S.B.; BARONE, L.A. Homens e Mulheres nos Assentamentos: violência, recusa e resistência na construção de um novo modo de vida. **Perspectivas**, São Paulo, v.20/21, EDUNESP, 1997/1998.

FERRANTE, V.L.S.B.; BARONE, L.A. Parcerias com a cana-de-açúcar:

tensões e contradições no desenvolvimento das experiências de assentamentos rurais em São Paulo. **Sociologias** (Versão Impressa), v.13, UFRGS, p.262-305, 2011

INCRA-SP. **Retratos do Campo**. A reforma agrária que produz e alimenta. Ano 1, v.1, 2010.

NERA – NÚCLEO DE ESTUDOS, PESQUISAS E PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA. DATALUTA – **Banco de dados da luta pela terra**. Presidente Prudente: NERA/Unesp. Acesso em: 15 out. 2011. Disponível em:< www.fct.unesp.br/nera>.

FERNANDES, B.M. **MST: formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996.

LEITE, J. F. **A Ocupação do Pontal do Paranapanema**. São Paulo: Hucitec, 1999.

PASSOS, M.M. **A paisagem do Pontal do Paranapanema: uma apreensão geofotográfica**. Acta Scientiarum. Human and Social Sciences, Maringá, v. 26, no. 1, p. 177-189, 2004.